

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025**PROCESSO DE COMPRAS Nº 02-16/2025****Nº SISTEMA PBH: 010102832592**

OBJETO: prestação de serviços de engenharia para projetos de readequação de redes de água quente e de água fria do HOB.

Valor estimado: O valor teto dos serviços licitados, limitador das propostas dos licitantes é de R\$ 161.750,46 (cento e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos). Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado da contratação.

Registro de Preços?	Visita prévia?	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
Não	Sim	Contrato	MENOR PREÇO GLOBAL

RECEPÇÃO DE PROPOSTAS: INICIO: DIA 18/05/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: DIA 24/06/2026 ÀS 08:00 HORAS.

ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: LOGO APÓS A ABERTURA DAS PROPOSTAS.

SITES PARA CONSULTAS DO EDITAL: www.compras.gov.br ou www.pbh.gov.br (opção licitações).

E-mail para contato: cpl@pbh.gov.br

Lic. Exclusiva para ME/EPP?	Lic. com Cota para ME/EPP?	Exige Amostra / Demonstração?	Modo de Disputa?
Não	Não	Não	Aberto Conforme Art. 19, inc. I, Decreto Municipal nº 18.289/2023

Observações Gerais:

Manual do fornecedor: alertamos que deverão ser observadas as regras da utilização do sistema pelo link www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.

As dúvidas de caráter técnico quanto à utilização do sistema eletrônico deverão ser resolvidas junto ao suporte do SERPRO, pelo telefone 0800-978-9001. referência de tempo: horário de Brasília.

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025

O Hospital Metropolitano Odilon Behrens – HOB, Autarquia Municipal, e este **Agente de Contratação**, Edmundo Souzalima Caldoncelli Franco – HM 6026-9, designado pela Portaria HOB nº 269/2023, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 14.133/2021** e Decretos regulamentadores da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nºs 18.096/2022, e 18.289/2023, da Lei Municipal nº 10.936/2016 e Lei Complementar nº 123/2006, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/2013, nº 13.709/2018 e demais legislações aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Concorrência, na forma Eletrônica**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Equipe de Apoio designada pela Portaria HOB nº 270/2023, alterada pela Portaria HOB nº 079/2025:

a) Simone Agda Rabelo, HM 5939-2, Arquiteta - Gerente de Arquitetura Predial.

SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a **prestação de serviços de engenharia para projetos de readequação de redes de água quente e de água fria do HOB**, conforme quantidades, especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

1.1. INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DELE FAZENDO PARTE COMO SE TRANSCRITOS EM SEU CORPO, OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I, contendo o Termo de Referência.

ANEXO II, contendo o Plano de Trabalho

ANEXO II – A, Croqui

ANEXO II – B, Imagens

ANEXO II – C, Planilha orçamentária e de Composição de Preços Unitários

ANEXO II – D, Planilha orçamentária a ser preenchida pelo licitante

ANEXO III, contendo o Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

ANEXO IV, contendo a Minuta de Contrato.

ANEXO V - Modelo de Declaração de Observância de limite na Licitação, para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

ANEXO VI, Termo de Vistoria

ANEXO VII, Termo de Opção por Não Realizar Vistoria

ANEXO VIII, Cláusulas BID: Política Do Banco

ANEXO IX, Cláusulas BID: Países Elegíveis

ANEXO X, Declaração De Elegibilidade Para A Execução De Serviços Em Contratações Financiadas Pelo Banco Interamericano De Desenvolvimento – BID

SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão provenientes do Convênio com BID.
2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

SEÇÃO III – DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1. A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos constante da página eletrônica www.compras.gov.br.
3. A fase externa da licitação será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do inteiro teor deste edital e de seus anexos no sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte e no PNCP.
4. Sem prejuízo do disposto no item 3, é obrigatória a publicação de extrato do Edital no Diário Oficial do Município – DOM – e no sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte, e em outros meios de divulgação, caso obrigatório, em observância ao § 1º do art. 54 e ao § 2º do art. 175 da Lei Federal nº 14.133/2021.
5. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se a alteração não comprometer a formulação das propostas nem as condições de participação, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.
6. Os comprovantes das publicações previstas nos itens 3 a 5 serão juntados pelo Agente de Contratação aos autos do processo licitatório.

SEÇÃO IV – FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista neste Edital de licitação.

2. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de **até 3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios para resposta junto à área demandante da contratação.

2.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

4. Acolhida a impugnação contra o Edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte e no sistema eletrônico de licitação, dentro do prazo estabelecido no item 2, e vincularão os participantes e a Administração

SEÇÃO V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1. Poderão participar desta **Concorrência**, as interessadas que estiverem previamente cadastradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF nos termos do arts. 2º e 9º do Decreto Municipal nº 11.245/2003, ou que venham a se cadastrar no referido Sistema no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos** após a convocação do Agente de Contratação, observado o disposto no art. 14 do citado Decreto, devendo, ainda, estar credenciada no Sistema Eletrônico Compras.gov.br no sítio www.compras.gov.br.

1.1. Para se cadastrar no **SUCAF**, a empresa poderá se dirigir à Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH (Rua Espírito Santo, nº 605, 14º Andar, Centro, CEP – 30.160-919 – Belo Horizonte/MG - Telefones: (31) 3277-4677), acompanhada dos impressos denominados “Solicitação de Cadastro de Fornecedor” e “Linhas de Fornecimento e/ou Serviço”, disponíveis no site www.pbh.gov.br/sucaf (devidamente preenchidos e assinados). A documentação referenciada encontra-se elencada no art. 7º do Decreto Municipal nº 11.245/2003.

1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico Comprasnet, os interessados em participar desta Concorrência deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

1.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao HOB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2. **As licitantes em processo de falência ou em recuperação judicial**, poderão participar do certame desde que comprovem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente¹.

2.1. Além do plano de recuperação judicial homologado pelo juízo competente, a empresa interessada deverá apresentar a certidão emitida pelo juízo competente de que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

3. Estarão **impedidos** de participar de qualquer fase do processo, direta ou indiretamente, os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

3.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar do certame em decorrência de sanção que lhe foi imposta Município de Belo Horizonte nos termos da Lei nº 8.666/1993, 14.133/2021 ou impedimento de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

3.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

¹ Recomendação dada pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais, nos autos do Processo nº 1046749, em 12/05/2022.

3.3. Esteja com falência decretada.

3.4. Enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

3.5. Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta concorrência.

3.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do HOB ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

3.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.10. Esteja constituído sob a forma de consórcio.

3.11. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

3.12. Demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

3.13. Empresas de países que não sejam membros do BID

4. A observância das vedações do item 3 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

5. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

5.1. Esta Concorrência Eletrônica está aberta a todas as Licitantes elegíveis, conforme especificam as Normas de Aquisição do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que ofereçam bens cujo país de origem seja membro do BID e que demonstrem satisfatoriamente para o Hospital Metropolitano Odilon Behrens sua elegibilidade, sua capacidade e adequação de recursos para executar o Contrato e/ou Ata de Registro de Preços de forma eficiente. A relação dos países membros do BID encontra-se no Anexo VI.

5.1.1. As Licitantes elegíveis devem atender às exigências de Elegibilidade estabelecidas nas Políticas para aquisição de bens e contratação de obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN-2349-15.

5.2. Os critérios a serem utilizados para determinar que uma Licitante seja proveniente de um país membro do BID estão estabelecidos no Anexo IX.

5.3. Entende-se por “país de origem” dos BENS a definição estabelecida no Anexo IX.

SEÇÃO VI – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

1. Caberá ao Agente de Contratação, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

- VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

1.1. Caberá à equipe de apoio auxiliar o Agente de Contratação nas etapas do processo licitatório.

1.2. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da Assessoria Jurídica ou de outros setores do Hospital, a fim de subsidiar sua decisão.

SEÇÃO VII – DO PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA

1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
 2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilização legal do licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à Concorrência Eletrônica.
 4. O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à provedora do sistema ou ao HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 5. Caberá aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante do desconhecimento operacional do sistema ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- PROBLEMAS COM CONEXÃO E/OU DÚVIDAS SOBRE O SITE COMPRASNET, UTILIZAR O SEGUINTE NÚMERO: 0800-978-9001.**

SEÇÃO VIII – DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

1. A participação na Concorrência Eletrônica dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
 - 1.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do sítio www.compras.gov.br.
2. Caberá ao licitante interessado em participar da Concorrência, na forma eletrônica:
 - I. credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;
 - II. remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
 - III. responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do Hospital Odilon Behrens por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
 - IV. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - V. comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - VI. utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da Concorrência na forma Eletrônica;
 - VII. solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
3. O fornecedor descredenciado no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

4. A apresentação da proposta implica na declaração, sob as penas legais, que o licitante atende às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

5. Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou o encerramento da fase de lances.

5.1. EXCEPCIONALMENTE, após o encerramento da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo e devidamente comprovado pela licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Agente de Contratação.

5.2. Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem acima a licitante desistente ficará sujeita a aplicação de penalidades estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO IX – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

1.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor total do item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

2. No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

2.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

2.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.5. Não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente.

2.6. O licitante enquadrado como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa** deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

2.6.1. No(s) item(ns)/grupo(s)/lote(s) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

2.6.2. No(s) item(ns)/ grupo(s)/lote(s) em que a participação não for exclusiva para **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa.

3. O licitante que apresentar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas neste Edital e Anexos.

4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do Item 7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o HOB, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO X – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1. A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 1.1. Os Itens desta Concorrência são numerados sequencialmente, devendo cada um ser ofertado em seu quantitativo total.
- 1.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 1.2.1. Os preços ofertados ou o percentual de desconto, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 1.3. A proposta escrita deverá obedecer o modelo do Anexo de proposta deste Edital e conter:
- 1.4. Especificação clara, completa e detalhada do item ofertado, conforme Edital e seus Anexos, com indicação precisa da marca, fabricante, e número do registro no órgão competente, se for o caso.
- 1.5. **Preço unitário** ou **total do item**, em que deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 1.6. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional (exibir valores numéricos e por extenso).
- 1.7. Prevalecerão no caso de divergências, os valores por extenso sobre os numéricos.
- 1.8. Os preços unitários deverão ser apresentados com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, desprezando-se as

frações remanescentes.

1.9. Modalidade e número da Concorrência Eletrônica.

2. Validade da proposta: O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer o objeto em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

SEÇÃO XI – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1. A abertura da sessão pública desta Concorrência, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio www.compras.gov.br.

2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4. O lance deverá ser **ofertado pelo valor total global**.

5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Agente de Contratação, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item 7.

9. O procedimento seguirá de acordo com o **Modo de Disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 9.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
11. Nas etapas abertas não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
16. Em relação a itens não exclusivos para participação de **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 16.1. Nessas condições, as propostas de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 16.2. A melhor classificada nos termos do subitem 16.1 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 16.3. Caso a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 16.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;
- 16.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes
17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
18. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.
- 19.1. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

19.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

19.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

19.4. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

19.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste Edital e Anexos.

19.5.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 19.5, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

19.5.2. Quando da convocação da proposta adequada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência e demais anexo do edital, enviando, conforme modelo, caso sejam ali exigido.

19.5.2.1. O Agente de Contratação poderá exigir que a proposta adequada seja enviada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.compras.gov.br.

19.5.3. Juntamente com a proposta adequada a empresa arrematante deverá apresentar Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante em anexo.

19.5.4. Caso o arrematante seja enquadrado como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP deverá apresentar a Declaração de Observância de limite na Licitação, conforme modelo constante em anexo.

SEÇÃO XII – DA FASE DE JULGAMENTO

1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e na Seção V, subitem 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta em um dos seguintes cadastros:

a) SICAF ou SUCAF ou CAGEF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU

(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992, devendo os comprovantes serem juntados aos autos.

3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a Seção IX, subitem 2.6 deste Edital.

4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e Anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.
5. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as condições definidas neste Edital e seus Anexos.
6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 6.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado ou do preço máximo definido para a contratação, conforme o caso;
 - 6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e Anexos, desde que insanável.
7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.
8. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos arts. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, bem como na legislação cabível.
9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.
 - 9.1. A convocação será feita pelo Agente de Contratação no "chat de mensagens" do item/grupo/ lote arrematado.
 - 9.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ões) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

SEÇÃO XIII – DA FASE DE HABILITAÇÃO

1. Os **documentos de habilitação previstos no Termo de Referência** serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.
2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF e endereço respectivo, observando-se que:
 - a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;
 - b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
 - c) se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da **matriz** quanto os da **filial**²;
 - d) serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.
- 2.1. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF.

² NOTA EXPLICATIVA: Embora a matriz e a filial sejam estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário. Logo, se a filial for a empresa a ser contratada para executar o objeto, o documento de regularidade fiscal deve ser apresentado em nome e de acordo com o seu CNPJ.

3. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, caso não estejam contemplados ou válidos no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF e a documentação comprobatória de qualificação técnica do licitante exigidos no Termo de Referência deverão ser enviados por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema www.compras.gov.br, quando solicitados pelo Agente de Contratação.

3.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contados da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

3.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

3.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema www.compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

4. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação, devendo os comprovantes das consultas serem juntados aos autos.

5. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o Item 7 anterior.

9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

9.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os

documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste Edital, no item “Das Condições de Participação”.

12. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será reputado habilitado e será declarado vencedor do item/grupo/lote.

SEÇÃO XIV – DOS RECURSOS

1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

2. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

3. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no sistema Comprasnet.

5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

6.1. Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

7. O recurso e o pedido de reconsideração **terão efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

1.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

SEÇÃO XVI – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1. O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Licitante e/ou da Adjudicatária/Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades, na forma do Decreto Municipal nº 18.096/2022:

1.1. advertência;

1.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.
- b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas.
- c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
- d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

1.3. impedimento de licitar e contratar;

1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

2. A multa moratória pode ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo(a) Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo(a) Superintendente.

6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

- a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;
- b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- c) o primeiro dia após o fim do prazo de 5 (cinco) dias, quando a notificação for publicada no DOM.

7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

SEÇÃO XVII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias contados** do adimplemento junto ao HOB, pela Gerência de Orçamento e Finanças da Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. A Nota Fiscal será emitida em favor do Município de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Saúde/FMS, Órgão em que se encontram alocados os recursos do BID, por meio do CNPJ nº 18.715.383/0001-40.

1.3. A Nota Fiscal será obrigatoriamente instruída com a respectiva Nota de Empenho, autorização de fornecimento, e descreverá os seguintes dados: Número do processo, modalidade/número, item(ns), tributos e informações bancárias para fins de pagamento, sem prejuízo de outros dados exigidos pela legislação vigente..

1.3.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 18.272/2023, o HOB, ao efetuar o pagamento pela prestação dos serviços ou fornecimento de bens, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, e alterações.

1.3.2. A retenção do IR deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

1.3.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012, e alterações.

1.3.4. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

1.3.5. Não se aplica, para fins de retenção na fonte no âmbito do Município de Belo Horizonte, o disposto no § 6º do art. 3º da IN RFB nº 1.234/2012.

1.4. A Contratada encaminhará a(s) Nota Fiscal(ais) ao setor recebedor do item que conferirá, atestará, e remeterá à Gerência de Orçamento e Finanças – GEOF do Hospital Metropolitano Odilon Behrens para liquidação, juntamente com o Empenho respectivo.

1.5. Após a devida liquidação, a GEOF/HOB encaminhará o Processo de Pagamento para a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA/FMS que providenciará a emissão do borderô e o respectivo pagamento.

1.6. Havendo necessidade de providências complementares por parte do Fornecedor/Detentor do Registro de Preços, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

1.7. Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o Contratante.

1.8. A Secretaria Municipal de Saúde – SMSA/FMS poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da Contratada, ou, ainda, para recebimento das multas aplicadas como penalidade.

1.9. Caso a Contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

SEÇÃO XVIII – DA NOTA DE EMPENHO E DO CONTRATO

1. Adjudicada e homologada a licitação pelas autoridades competentes, o Hospital Metropolitano Odilon Behrens emitirá a Nota de Empenho e o Contrato.

2. A adjudicatária terá o prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para retirar e assinar o Contrato.
3. Caso à adjudicatária se recuse a retirar ou a assinar o Contrato, ou não se apresente regular com as condições de habilitação previstas neste Edital no ato da assinatura do Contrato, se sujeitará às penalidades elencadas na Seção XVI deste Edital.
- 3.1. Nas situações previstas na Seção XIII, Subitem 9.3, o Agente de Contratação convocará os licitantes remanescentes, segundo a ordem de classificação, oportunidade, em que será analisada a aceitabilidade de sua oferta, verificado o atendimento das condições de habilitação e, se for o caso, declarado vencedor, abrindo-se prazo recursal.
- 3.2. Não havendo interposição de recurso, ou havendo e sendo este julgado improcedente, será o objeto adjudicado ao novo vencedor.
4. No ato de assinatura do Contrato a licitante deverá apresentar procuração ou cópia autenticada do contrato ou estatuto social da empresa concedendo-lhe poderes para a prática de tal ato.
5. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal, e devidamente fundamentada.

SEÇÃO XIX – DA PREVENÇÃO À FRAUDE E À CORRUPÇÃO

1. Os procedimentos licitatórios realizados pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens serão conduzidos em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, observando-se ainda o que segue:
2. O Hospital Metropolitano Odilon Behrens exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
 - 2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
 - 2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do Contratante;
 - 2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;
 - 2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
 - 2.5. “prática obstrutiva” significa:
 - 2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou
 - 2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.
3. O Hospital Metropolitano Odilon Behrens rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.
4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51/2009, será

denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis, sem prejuízo da comunicação também ao Ministério Público Estadual – MP/MG e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, para as providências legais.

SEÇÃO XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
2. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
3. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.
5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
8. A tolerância do Hospital Metropolitano Odilon Behrens com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.
9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
10. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.
12. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.
13. Se a empresa vencedora não for cadastrada no **SUCAF**, a documentação apresentada para fins de habilitação deverá ser enviada ao órgão competente para as devidas providências relativas ao seu cadastramento.
 - 13.1. Nessa hipótese, a exigência prevista no art. 4º do Decreto Municipal nº 11.245/2003 será cumprida mediante o encaminhamento da referida documentação e da proposta constando a solicitação para cadastramento.
14. Se a empresa vencedora já se encontrar cadastrada no **SUCAF**, deverá manter a documentação atualizada.
15. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados a partir da data da última assinatura das partes do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
16. O Licitante/Contratado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.
17. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com

vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

17.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o Item 17, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

18. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

18.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757/2009 e suas alterações.

19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.compras.gov.br e www.pbh.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

21. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte/MG.

Belo Horizonte 13 de maio de 2026

RAQUEL FELISARDO ROSA
SUPERINTENDENTE
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

GUILHERME JOSÉ ANTONINI BARBOSA
DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO DE COMPRAS Nº 02-16/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025

GERÊNCIA REQUISITANTE: Gerência de Arquitetura Predial - GARP
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Acsa Aline Quirino Leite

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **prestação de serviços de engenharia para projetos de readequação de redes de água quente e de água fria do HOB**, conforme tabela abaixo:

AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	GRP	SICAM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	92109	1041	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO PREDIAL DE ÁGUA QUENTE DO HOB. O PROJETO DEVERÁ PREVER: <ul style="list-style-type: none">• QUE A GERAÇÃO DE ÁGUA QUENTE ATUALMENTE EFETIVADA POR MEIO DE CALDEIRAS SEJA SUBSTITUÍDA POR SISTEMA ELÉTRICO DE AQUECIMENTO.• QUE O SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA SERÁ COMPOSTO POR AQUECEDORES DE PASSAGEM (ELÉTRICOS) E RESERVATÓRIOS (BOILERS), DIMENSIONADOS PARA ATENDER A TODA A DEMANDA DE ÁGUA QUENTE DO HOB, GARANTINDO O ABASTECIMENTO CONSTANTE.• PONTOS DE EXPANSÃO PARA AQUECEDORES DE PASSAGEM E PARA BOILERS.• A ADEQUADA DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO, EVITANDO SOBRECARGAS ÀS LAJES E CONSIDERANDO A EFICIÊNCIA DO TRANSPORTE DE ÁGUA QUENTE, REDUZINDO PERDAS TÉRMICAS POR DISTÂNCIA ELEVADA.• QUE O BARRILETE DA REDE DE ÁGUA QUENTE ATUAL DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO POR TUBULAÇÃO EM CLORETO DE POLIVINILA CLORADO (CPVC);• QUE AS INSTALAÇÕES DE ÁGUA QUENTE SEJAM INTERLIGADAS AO SISTEMA DE AQUECIMENTO CENTRALIZADO DO HOB;	GLOBAL	1
2	92110	1042	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA A SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS TUBULAÇÕES E CONEXÕES GALVANIZADAS DO BARRILETE DE ÁGUA FRIA DO HOB, POR NOVAS TUBULAÇÕES E CONEXÕES EM PVC SOLDÁVEL.	GLOBAL	1
3	92111	1043	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA A SUBSTITUIÇÃO DA TUBULAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA FRIA DO HOB, DO HIDRÔMETRO 1 ATÉ OS RESERVATÓRIOS.	GLOBAL	1
4	87298	0651	COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS	GLOBAL	1
O LEVANTAMENTO DOS SISTEMAS/REDE ATUAL DEVERÁ SER REALIZADO IN LOCO. PARA OS ITENS DEVERÃO SER ENTREGUES: <ul style="list-style-type: none">• PROJETO EXECUTIVO,• MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS,• PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO,• PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC) PARA A REMOÇÃO DAS TUBULAÇÕES QUE SERÃO SUBSTITUÍDAS.• ART DO PROJETO EMITIDA POR ENGENHEIRO CIVIL HABILITADO E COM REGISTRO ATIVO JUNTO AO CREA.					

1.2. O serviço objeto desta licitação não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto Municipal nº 17.726/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de materiais médico hospitalares de assistência hospitalar.

2. DA CONTRATAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados a partir da data da última assinatura das partes, do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O objeto da contratação é enquadrado como **eventual**.

2.3. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação de serviços é crucial para resolver problemas sérios no sistema de água quente e fria do Hospital Orêncio de Brito (HOB). O sistema atual de água quente não atende mais à demanda crescente, e as tubulações, tanto de água quente quanto de água fria, estão deterioradas e precisam ser trocadas. Além disso, a tubulação de alimentação dos reservatórios apresenta vazamentos subterrâneos, de difícil reparo.

3.2. Medidas temporárias não foram suficientes, e a situação continua piorando. A contratação é indispensável, pois o HOB não tem engenheiro civil qualificado para elaborar o projeto necessário.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A melhor solução identificada é contratar a elaboração dos projetos executivos de readequação das redes de água quente e de água fria do HOB, por empresa(s) que possua(m) em seu corpo técnico profissionais devidamente qualificados para a execução dos serviços, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a NBR 5626/2020 – Sistemas Prediais de Água Fria e Água Quente – Projeto, Execução, Operação e Manutenção, bem como NBR 16824/2020 Sistemas de Distribuição de Água em Edificações – Prevenção de Legionelose – Princípios Gerais e Orientações.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da vistoria:

5.1.1. A visita é necessária para a empresa verificar as condições atuais das instalações presentes na edificação e entender as alterações propostas.

5.1.2. Instruções sobre a Visita técnica

- Responsável pelo acompanhamento: Arquiteta e Urbanista Simone Rabello – GARP-HOB
- Telefone e/ou e-mail para agendamento: (31) 9 8688-2783 | simonerabello@pbh.gov.br
- Dia e horário: segunda a sexta de 9:00h às 16:00h
- Instruções específicas: Agendar com pelo menos 24h de antecedência

5.1.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a visita técnica.

5.1.4. Para a visita técnica, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da visita.

5.1.5. As empresas que optarem por não fazer a visita técnica deverão apresentar uma Declaração de Conhecimento das Condições Locais para a Instalação dos Objetos.

5.1.6. A não realização da visita não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.2. Subcontratação

5.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do

Contratado.

5.5. Da participação de consórcios:

5.5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do serviço a ser prestado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

5.6. Garantia da contratação:

5.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, em razão da especificidade do objeto, em observância ao princípio da economicidade, pois a exigência de garantia poderá onerar o contrato.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O REGIME DE EXECUÇÃO será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

6.2. As especificações, condições, prazos e locais para a execução encontram-se no Anexo – Plano de Trabalho.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133/2021](#) e do [Decreto Municipal nº 18.324/2023](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 18.325, de 2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante do HOB, designado por meio de Portaria, com atribuições e responsabilidades previstas na Lei nº 14.133/21 e demais normas contidas neste Termo de referência:

- a) Gestor do Contrato: Simone Agda Rabelo, HM: 5939-2, Cargo: Arquiteta - Gerente de Arquitetura Predial;
- b) Fiscal Técnico: Max Silva Guimarães, CA: 461605-9, Arquiteto;
- c) Fiscal Técnico Substituto: César Schiochet Valente, HM: 6534-1, Engenheiro Eletricista;
- d) Fiscal Administrativo: Max Silva Guimarães, CA: 461605-9, Arquiteto;
- e) Fiscal Administrativo Substituto: César Schiochet Valente, HM: 6534-1, Engenheiro Eletricista.

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. As ordens de serviços serão emitidas a critério do HOB. O Processo de Pagamento será instaurado após o recebimento definitivo de cada item.

8.1.2. O serviço será recebido provisoriamente, no prazo de 15 (QUINZE) dias, pelo fiscal do contrato, mediante emissão de termo detalhado.

8.1.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final do período de faturamento, o fiscal do contrato irá verificar o cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e na proposta, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando no termo detalhado a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.1.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.1.5. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de 15 (QUINZE) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.1.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (NOVENTA) dias, a contar do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação do exato cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.1.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.1.7.2. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.1.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.1.7.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Prazo de pagamento:

8.2.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** contados do adimplemento junto ao HOB, pela Gerência de Orçamento e Finanças da Secretaria Municipal de Saúde.

8.2.2. A Nota Fiscal será emitida em favor do Município de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Saúde/FMS, Órgão em que se encontram alocados os recursos do BID, por meio do CNPJ nº 18.715.383/0001-40.

8.2.3. A Nota Fiscal será obrigatoriamente instruída com a respectiva Nota de Empenho, autorização de fornecimento, e descreverá

os seguintes dados: Número do processo, modalidade/número, item(ns), tributos e informações bancárias para fins de pagamento, sem prejuízo de outros dados exigidos pela legislação vigente..

8.2.4. Nos termos do Decreto Municipal nº 18.272/2023, o HOB, ao efetuar o pagamento pela prestação dos serviços ou fornecimento de bens, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, e alterações.

8.2.5. A retenção do IR deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

8.2.6. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012, e alterações.

8.2.7. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.2.8. Não se aplica, para fins de retenção na fonte no âmbito do Município de Belo Horizonte, o disposto no § 6º do art. 3º da IN RFB nº 1.234/2012.

8.2.9. A Contratada encaminhará a(s) Nota Fiscal(ais) ao setor recebedor do item que conferirá, atestará, e remeterá à Gerência de Orçamento e Finanças – GEOF do Hospital Metropolitano Odilon Behrens para liquidação, juntamente com o Empenho respectivo.

8.2.10. Após a devida liquidação, a GEOF/HOB encaminhará o Processo de Pagamento para a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA/FMS que providenciará a emissão do borderô e o respectivo pagamento.

8.2.11. Havendo necessidade de providências complementares por parte do Fornecedor/Detentor do Registro de Preços, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

8.2.12. Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o Contratante.

8.2.13. A Secretaria Municipal de Saúde – SMSA/FMS poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da Contratada, ou, ainda, para recebimento das multas aplicadas como penalidade.

8.2.14. Caso a Contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

8.3. Forma de pagamento

8.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8.3.1.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 18.272/2023, o HOB, ao efetuar o pagamento pela prestação dos serviços ou fornecimento de bens, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, e alterações.

8.3.1.2. A retenção do IR deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

8.3.1.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas pelos serviços e medicamentos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012, e alterações.

8.3.1.4. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.3.1.5. Não se aplica, para fins de retenção na fonte no âmbito do Município de Belo Horizonte, o disposto no § 6º do art. 3º da IN RFB nº 1.234/2012.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, através do REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do CRITÉRIO DE JULGAMENTO pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

9.1.1.1. A licitante que estiver melhor colocada na disputa (MENOR PREÇO GLOBAL) deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha os preços unitários com os respectivos quantitativos, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.1.2. A(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar proposta comercial, indicando de forma individualizada o valor, com o respectivo % de desconto.

9.1.1.3. A proposta vencedora será aquela que apresentar menor preço, considerando o somatório do desconto ofertado

9.1.1.4. A estimativa de valor da contratação foi baseada nos preços referenciais da Planilha de Consultoria Onerada da SUDECAP de março de 2025, conforme Planilha Orçamentária e Composição de Preços Unitários anexos ao ETP.

9.1.1.5. A proposta comercial da(s) Licitante(s) deverá utilizar como base a Planilha Orçamentária de Custos. A(s) Licitante(s) deverá(ão) preencher a Planilha Preenchimento Licitante.

9.1.1.6. O preço deve incluir: toda a mão de obra necessária para os levantamentos in loco e para a elaboração dos projetos e demais documentos complementares; encargos sociais, transporte e todas as demais despesas com pessoal; todos os equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços; emissão de RRTs e ARTs para todos os itens; entrega de 2 (DUAS) cópias de toda a documentação impressa.

9.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1. Habilitação jurídica:

9.2.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

9.2.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.2.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764/1971](#).

9.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

9.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

9.2.2.7. Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

9.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

9.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.2.4. Qualificação técnica:

9.2.4.1. A empresa interessada deverá comprovar, através de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel que identifique o(s) mesmo(s), assinado(s), datado(s) e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo, que a empresa licitante forneceu/prestou ou fornece/presta os materiais/serviços com características

similares ao objeto licitado.

9.2.4.2. A empresa deverá possuir em seu quadro permanente Profissional com formação em Engenharia Civil devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com a situação regularizada junto ao mesmo órgão, apresentando, para tanto, Certidão de Registro ativo e quitação da anuidade vigente.

9.2.4.3. A empresa deverá apresentar, também, o Atestado de Visita Técnica, emitido exclusivamente pela Equipe Técnica do HOB ou Declaração de Conhecimento das Condições Locais para a elaboração dos projetos.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Das obrigações do Contratado

10.1.1. As obrigações do contratado constam no Plano de Trabalho.

10.2. Das obrigações do Contratante

10.2.1. As obrigações do contratante constam no Plano de Trabalho.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor teto dos serviços licitados, limitador das propostas dos licitantes é de R\$ 161.750,46 (cento e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos). Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado da contratação.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão provenientes do Convênio com BID.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. EQUIPE DE APOIO

a) Simone Agda Rabelo, HM 5939-2, Arquiteta - Gerente de Arquitetura Predial.

15. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

15.1. A unidade responsável pelo acompanhamento e fiscalização é a Gerência de Arquitetura Predial – GARP.

ANEXO II – PLANO DE TRABALHO
PROCESSO DE COMPRAS Nº 02-16/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1.** Serviços de engenharia para projetos de readequação de redes de água quente e de água fria do HOB.
- 1.2.** Elaboração de Projeto Executivo de substituição do sistema de geração e de distribuição predial de água quente do HOB.
- O Projeto deverá prever:

- Que a geração de água quente atualmente efetivada por meio de caldeiras seja substituída por sistema elétrico de aquecimento.
- Que o sistema de aquecimento de água será composto por aquecedores de passagem (elétricos) e reservatórios (boilers), dimensionados para atender a toda a demanda de água quente do HOB, garantindo o abastecimento constante.
- Pontos de expansão para aquecedores de passagem e para boilers.
- A adequada distribuição do sistema de aquecimento, evitando sobrecargas às lajes e considerando a eficiência do transporte de água quente, reduzindo perdas térmicas por distância elevada.
- Que o barrilete da rede de água quente atual deverá ser substituído por tubulação em cloreto de polivinila clorado (CPVC);
- Que as instalações de água quente sejam interligadas ao sistema de aquecimento centralizado do HOB;

- 1.3.** Elaboração de Projeto Executivo para a substituição de todas as tubulações e conexões galvanizadas do barrilete de água fria do HOB, por novas tubulações e conexões em PVC soldável.

- 1.4.** Elaboração de Projeto Executivo para a substituição da tubulação de alimentação predial de água fria do HOB, do hidrômetro 1 até os reservatórios.

- 1.5.** Compatibilização de projetos

2. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO**2.1. Local e horário da prestação do serviço**

- 2.1.1.** Os serviços de levantamento para a elaboração dos projetos serão prestados no Hospital Metropolitano Odilon Behrens, Avenida José Bonifácio, 85, Bairro São Cristóvão, Belo Horizonte, MG.

- 2.1.2.** Os levantamentos poderão ser realizados entre 8:00h e 16:30h, em dias úteis.

2.2. Rotinas a serem cumpridas

- 2.2.1.** Início da execução do objeto: após o envio da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço.

- 2.2.2.** A execução contratual observará as seguintes rotinas:

2.2.2.1. Para cada item, a empresa contratada deverá elaborar o projeto em conformidade com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a NBR 5626/2020 – Sistemas Prediais de Água Fria e Água Quente – Projeto, Execução, Operação e Manutenção, bem como NBR 16824/2020 Sistemas de Distribuição de Água em Edificações – Prevenção de Legionelose – Princípios Gerais e Orientações. A empresa deverá realizar o levantamento no local e agendar uma reunião com a equipe de Arquitetura e Engenharia do HOB, antes da elaboração do projeto, e outra para a entrega e apresentação do mesmo. O projeto deverá ser entregue em versão impressa, devidamente assinada pelo Responsável Técnico, e em versão digital, no formato dwg.

2.2.2.2. Os dias e horários das reuniões e do início das atividades deverão ser previamente agendados com a equipe técnica do HOB, com antecedência mínima de 48 horas.

2.3. Condições de entrega: O cronograma de execução do serviço:

ITEM	PRAZO DE ENTREGA
1	120 DIAS CORRIDOS APÓS O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO
2	120 DIAS CORRIDOS APÓS O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO
3	60 DIAS APÓS ENTREGA O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO
4	60 DIAS APÓS ENTREGA O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO

2.3.1. Local de prestação do serviço: Hospital Metropolitano Odilon Behrens: Avenida José Bonifácio, s/n, Bairro São Cristóvão – Belo Horizonte – MG.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1.1.** Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 2.1.2.** Efetuar a prestação do serviço conforme fixado no Termo de Referência e em seus anexos;
- 2.1.3.** Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação do serviço;
- 2.1.4.** Garantir a boa qualidade do serviço prestado;
- 2.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 2.1.6.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 2.1.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 2.1.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 2.1.9.** Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato;
- 2.1.10.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 2.1.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.1.12.** Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- 2.1.13.** Comunicar ao Contratante a ausência de produto necessário para a execução do serviço, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado;
- 2.1.14.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 2.1.15.** Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 2.1.16.** Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste contrato.
- 2.1.17.** Para a prestação dos serviços, a Contratada tem a obrigação de conferir o levantamento e as instalações atuais presentes nas áreas que sofrerão intervenção. Todos os projetos e demais documentos complementares deverão estar compatibilizados.
- 2.1.18.** Quaisquer dúvidas deverão ser esclarecidas com a equipe técnica do HOB, antes da conclusão dos serviços, evitando futuros problemas.
- 2.1.19.** Ao realizar os levantamentos no HOB, caso a Contratada provoque qualquer dano ou interferências às instalações, infraestrutura ou equipamentos, a mesma deverá providenciar o reparo imediato sem nenhum ônus para o hospital.
- 2.1.20.** Deverá ser emitido Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para todos os projetos e materiais complementares a serem entregues.

3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço contratado, por meio dos servidores designados por portaria da Superintendente;
- 3.1.2.** Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, do cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, durante toda a execução do contrato, em atendimento ao disposto nos incisos XVI e XVII do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;
- 3.1.3.** Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao serviço prestado;
- 3.1.4.** Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.

4. OUTRAS INDICAÇÕES ESPECÍFICAS OU PECULIARES DO PROCESSO

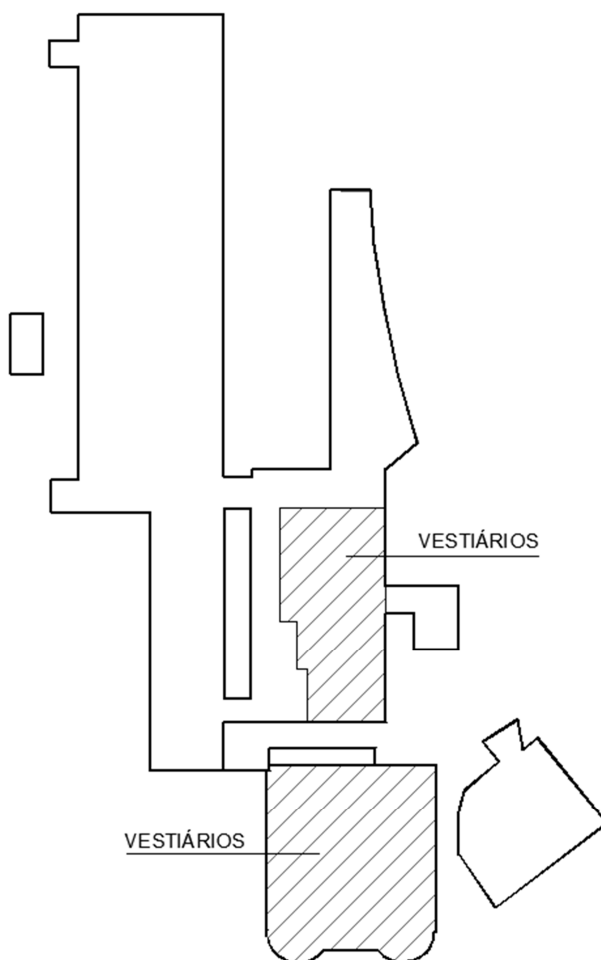
- 4.1. A empresa deve ler atentamente todas as informações deste Termo de Referência e dos Anexos.
- 4.2. O preço deve incluir: toda a mão de obra necessária para os levantamentos in loco e para a elaboração dos projetos e demais documentos complementares; encargos sociais, transporte e todas as demais despesas com pessoal; todos os equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços; emissão de RRTs e ARTs para todos os itens; entrega de 2 (DUAS) cópias de toda a documentação impressa.
- 4.3. A planilha orçamentária a ser preenchida pelo licitante também está anexa a este documento.
- 4.4. Este Plano de Trabalho apresenta croquis com informações sobre as redes de água quente e de água fria do HOB.

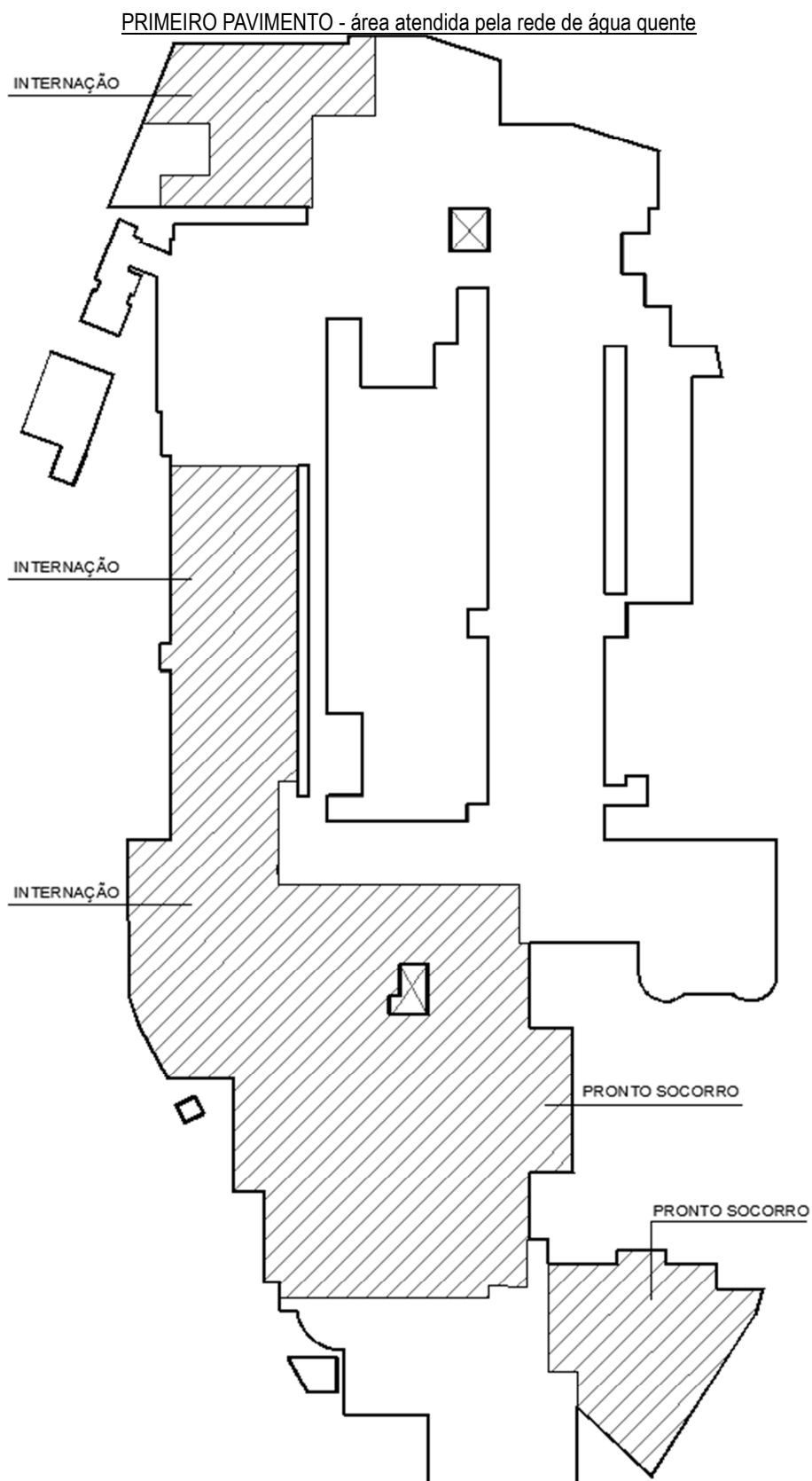
ANEXO II – A, Croqui

Abrangência da rede de água quente

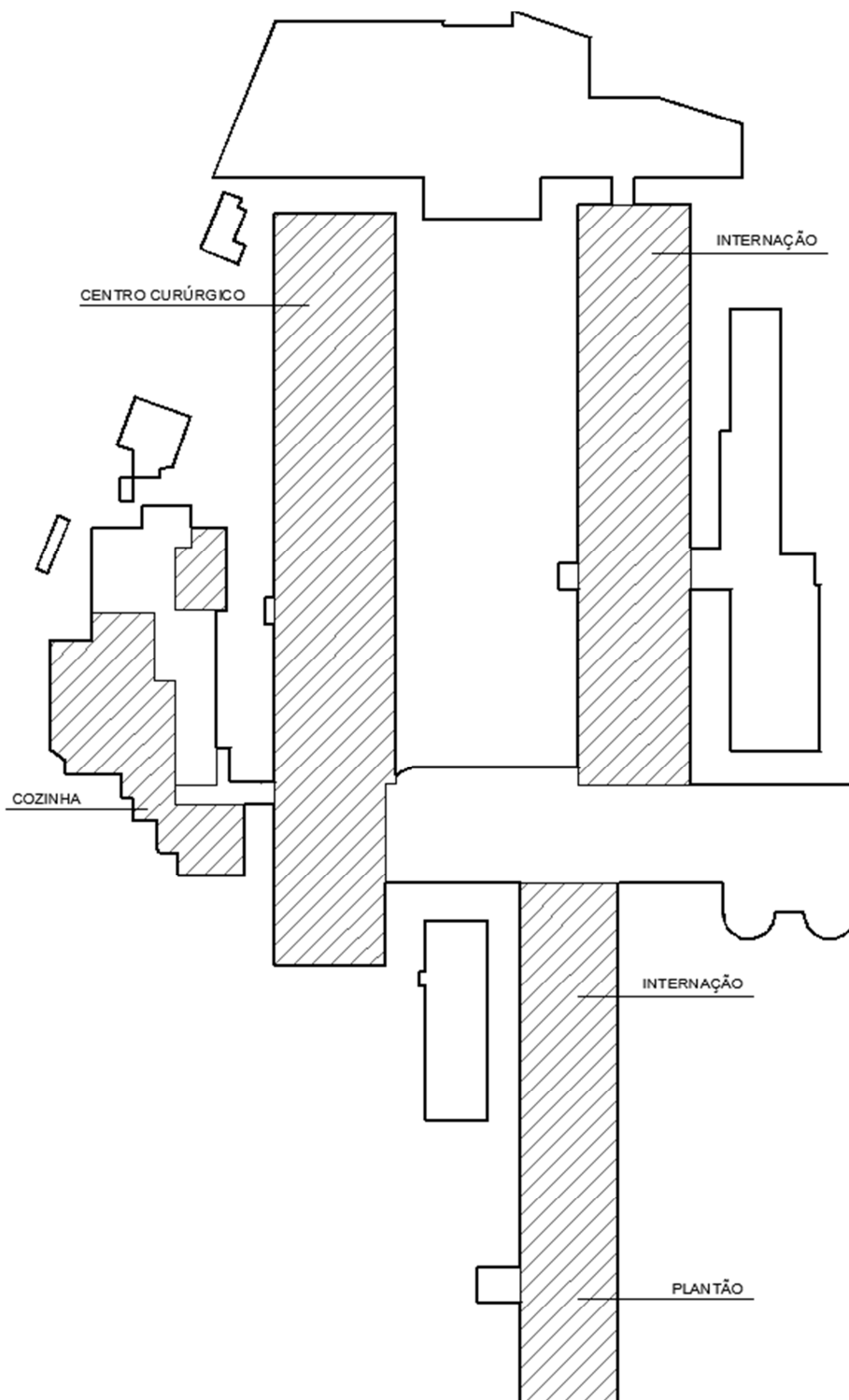
PAVIMENTO	ÁREA CONSTRUÍDA	ÁREA A SER ATENDIDA COM A REDE DE ÁGUA QUENTE
SUBSOLO	1.654 m ²	430 m ²
PRIMEIRO	7.210 m ²	3.190 m ²
SEGUNDO	5.975 m ²	3.220 m ²
TERCEIRO	3.550 m ²	1.710 m ²

SUBSOLO - área atendida pela rede de água quente

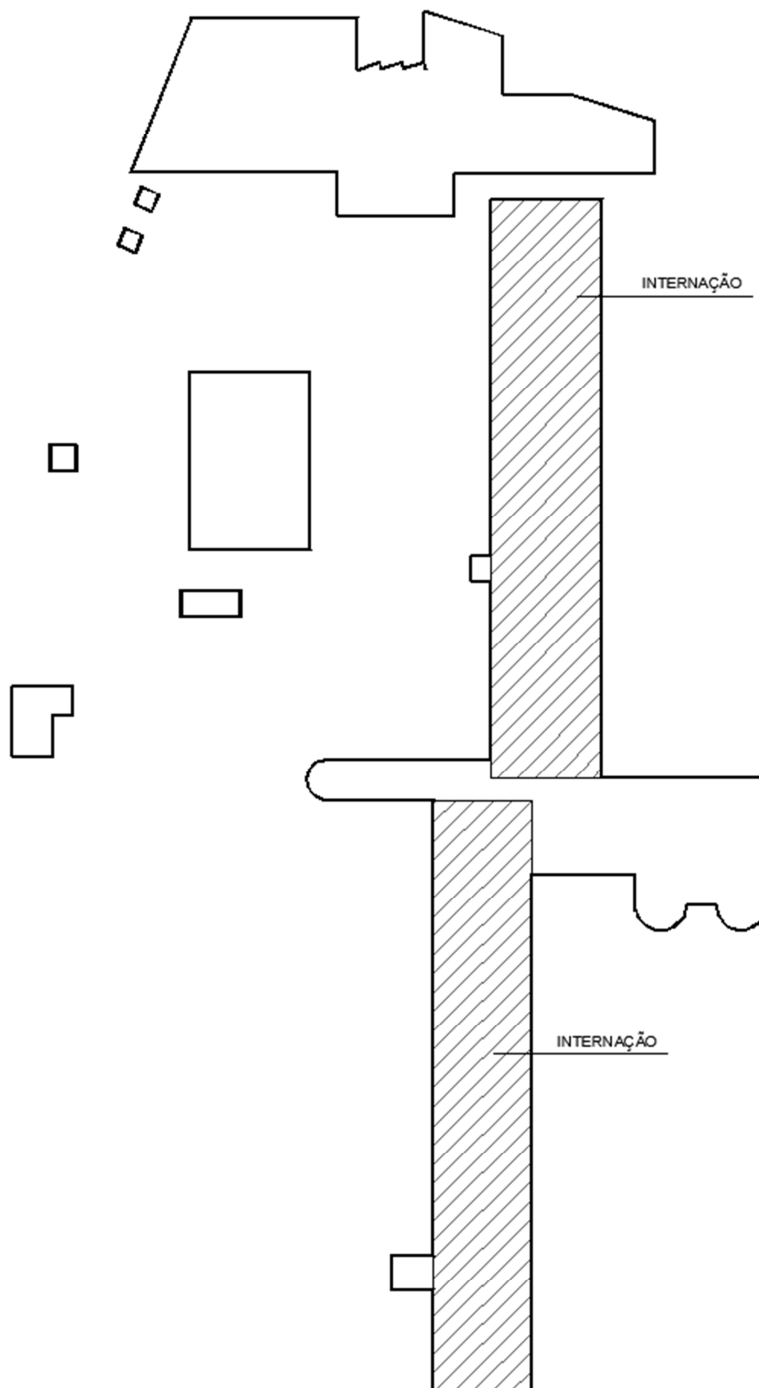




SEGUNDO PAVIMENTO - área atendida pela rede de água quente

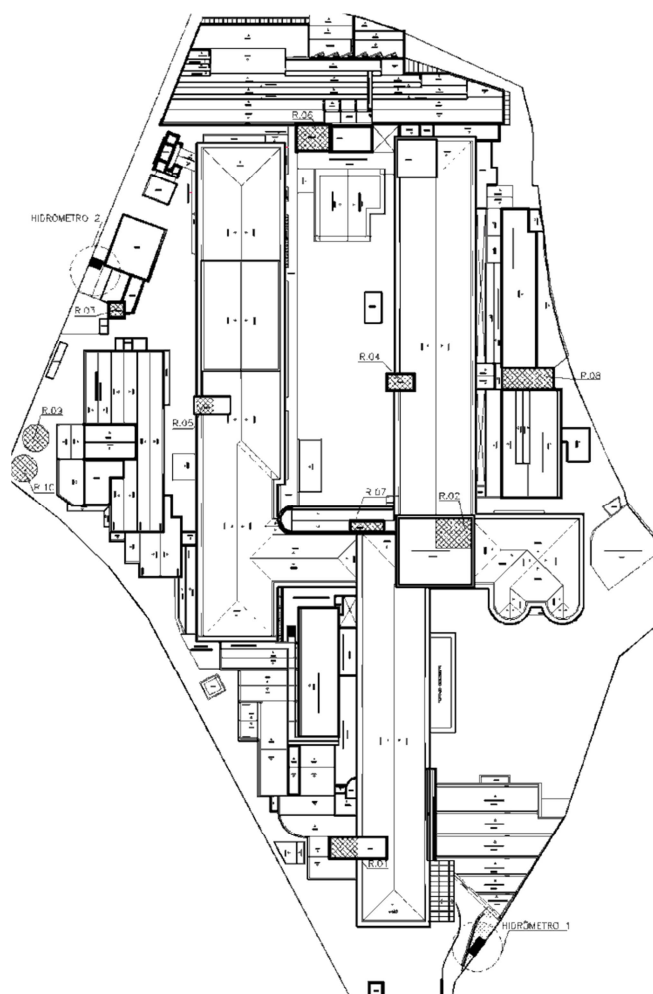


TERCEIRO PAVIMENTO - área atendida pela rede de água quente



Relação de reservatórios do HOB

Reservatório	Volume	Hidrômetro	Observações
R01	40.000 L	H01	Reservatório elevado
R02	60.000 L	H01	Reservatório elevado
R03	50.000 L	H02	Reservatório elevado – 30% para reserva de incêndio
R04	18.000 L	H01	Reservatório elevado
R05	15.000 L	H01	Reservatório elevado
R06	30.000 L	H01	Reservatório elevado
R07	15.000 L	H01	Reservatório elevado
R08	8.000 L	H01	Reservatório elevado
R09	80.000 L	H02	Reservatórios extras para casos de desabastecimento
R10	80.000 L	H02	



ANEXO II – B, Imagens



Hidrômetro entrada da COPASA



Barriletes de Água Quente e Água Fria sob telhado



Barriletes de Água Quente e Água Fria sob telhado



Barriletes de Água Quente e Água Fria sob telhado



Barriletes de Água Quente e Água Fria sob telhado



Barriletes e Boiler de Água Quente sob telhado

ANEXO II – C
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS E ORÇAMENTÁRIA

COMPOSIÇÕES DE PEÇO UNITÁRIO - CPU'S						
EMPREENDIMENTO			Serviços de engenharia para projetos de readequação de redes de água quente e de água fria do HOB			
Data Base:			MAR/25			
GRUPO:	62	PROJETOS				
SUB-GRUPO:	62.01	PROJETOS DE EDIFICACOES				
CODIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO			UNIDADE	
62.01.50	CPU-01	PROJETO DE SISTEMA PREDIAL DE ÁGUA QUENTE			A1	
MÃO DE OBRA						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
56.11.04	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO SÊNIOR - PROJETO	H	4	R\$ 169,05	R\$ 676,20
56.11.05	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO - PROJETO	H	8	R\$ 149,58	R\$ 1.196,64
56.13.04	SUDECAP_01/2 5	PROJETISTA CADISTA - PROJETO	H	10	R\$ 38,78	R\$ 387,80
56.14.02	SUDECAP_01/2 5	TÉCNICO INTERMEDIÁRIO - PROJETO	H	8	R\$ 34,64	R\$ 277,12
TOTAL					R\$ 2.537,76	
COMPOSIÇÕES AUXILIARES						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
94.07.01	SUDECAP_01/2 5	XEROX PRETO/BRANCO - FORMATO A4	UN	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00
94.11.01	SUDECAP_01/2 5	ENCADERNAÇÃO A4 ACETATO, PVC/CROMICOTE, COM ESPIRAL	UN	1	R\$ 4,50	R\$ 2,25
94.12.04	SUDECAP_01/2 5	PLOTAGEM SULFITE FORMATO A1 MÍNIMO 90G/M2	UN	5	R\$ 5,50	R\$ 27,50
TOTAL					R\$ 35,75	
TOTAL DA COMPOSIÇÃO					R\$ 2.573,51	
CODIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO			UNIDADE	
62.01.60	CPU-02	LEVANTAMENTO DE SISTEMAS PREDIAIS DE ÁGUA QUENTE			A1	
MÃO DE OBRA						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
56.11.05	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO - PROJETO	H	4,5	R\$ 149,58	R\$ 673,11
56.13.04	SUDECAP_01/2 5	PROJETISTA CADISTA - PROJETO	H	10	R\$ 38,78	R\$ 387,80
TOTAL					R\$ 1.060,91	
COMPOSIÇÕES AUXILIARES						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
94.07.01	SUDECAP_01/2	XEROX	UN	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00

	5	PRETO/BRANCO - FORMATO A4				
94.11.01	SUDECAP_01/2 5	ENCADERNAÇÃO A4 ACETATO, PVC/CROMICOTE, COM ESPIRAL	UN	1	R\$ 4,50	R\$ 2,25
94.12.04	SUDECAP_01/2 5	PLOTAGEM SULFITE FORMATO A1 MÍNIMO 90G/M2	UN	5	R\$ 5,50	R\$ 27,50
TOTAL					R\$ 35,75	
TOTAL DA COMPOSIÇÃO					R\$ 1.096,66	
CODIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO			UNIDADE	
62.01.61	CPU-03	LEVANTAMENTO DE SISTEMAS PREDIAIS DE ÁGUA FRIA			A1	
MÃO DE OBRA						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
56.11.05	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO - PROJETO	H	4,5	R\$ 149,58	R\$ 673,11
56.13.04	SUDECAP_01/2 5	PROJETISTA CADISTA - PROJETO	H	10	R\$ 38,78	R\$ 387,80
TOTAL					R\$ 1.060,91	
COMPOSIÇÕES AUXILIARES						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
94.07.01	SUDECAP_01/2 5	XEROX PRETO/BRANCO - FORMATO A4	UN	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00
94.11.01	SUDECAP_01/2 5	ENCADERNAÇÃO A4 ACETATO, PVC/CROMICOTE, COM ESPIRAL	UN	1	R\$ 4,50	R\$ 2,25
94.12.04	SUDECAP_01/2 5	PLOTAGEM SULFITE FORMATO A1 MÍNIMO 90G/M2	UN	5	R\$ 5,50	R\$ 27,50
TOTAL					R\$ 35,75	
TOTAL DA COMPOSIÇÃO					R\$ 1.096,66	
SUB-GRUPO:	62.24	PLANILHAS E RELATÓRIOS TÉCNICOS - EDIFICAÇÕES				
CODIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO			UNIDADE	
62.24.10	CPU-04	ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE OBRA.			UN	
MÃO DE OBRA						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
56.11.04	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO SÊNIOR - PROJETO	H	48	R\$ 169,02	R\$ 8.112,96
TOTAL					R\$ 8.112,96	
COMPOSIÇÕES AUXILIARES						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
94.07.01	SUDECAP_01/2 5	XEROX PRETO/BRANCO - FORMATO A4	UN	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00
94.11.01	SUDECAP_01/2 5	ENCADERNAÇÃO A4 ACETATO, PVC/CROMICOTE, COM ESPIRAL	UN	1	R\$ 4,50	R\$ 2,25
TOTAL					R\$ 8,25	

TOTAL DA COMPOSIÇÃO					R\$ 8.121,21	
CODIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO			UNIDADE	
62.24.11	CPU-05	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO			UN	
MÃO DE OBRA						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
56.11.05	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO - PROJETO	H	8	R\$ 149,58	R\$ 1.196,64
TOTAL					R\$ 1.196,64	
COMPOSIÇÕES AUXILIARES						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
94.07.01	SUDECAP_01/2 5	XEROX PRETO/BRANCO - FORMATO A4	UN	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00
94.11.01	SUDECAP_01/2 5	ENCADERNAÇÃO A4 ACETATO, PVC/CROMICOTE, COM ESPIRAL	UN	1	R\$ 4,50	R\$ 2,25
TOTAL					R\$ 8,25	
TOTAL DA COMPOSIÇÃO					R\$ 1.204,89	
CODIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO			UNIDADE	
62.24.12	CPU-06	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS			UN	
MÃO DE OBRA						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
56.11.05	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO - PROJETO	H	8	R\$ 149,58	1.196,64
TOTAL					1.196,64	
COMPOSIÇÕES AUXILIARES						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
94.07.01	SUDECAP_01/2 5	XEROX PRETO/BRANCO - FORMATO A4	UN	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00
94.11.01	SUDECAP_01/2 5	ENCADERNAÇÃO A4 ACETATO, PVC/CROMICOTE, COM ESPIRAL	UN	1	R\$ 4,50	R\$ 2,25
TOTAL					R\$ 8,25	
TOTAL DA COMPOSIÇÃO					R\$ 1.204,89	
CODIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO			UNIDADE	
62.24.13	CPU-07	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)			UN	
MÃO DE OBRA						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
56.11.02	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO CONSULTOR - PROJETO	H	1	R\$ 227,45	R\$ 227,45
56.11.05	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO INTERMEDIÁRIO - PROJETO	H	9	R\$ 149,58	R\$ 1.346,22
56.11.06	SUDECAP_01/2 5	ENGENHEIRO JÚNIOR - PROJETO	H	8	R\$ 132,86	R\$ 1.062,88
56.14.02	SUDECAP_01/2 5	TÉCNICO INTERMEDIÁRIO	H	17	R\$ 34,64	R\$ 588,88
TOTAL					R\$ 3.225,43	

COMPOSIÇÕES AUXILIARES						
CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
94.07.01	SUDECAP_01/25	XEROX PRETO/BRANCO - FORMATO A4	UN	100	R\$ 0,30	R\$ 30,00
94.11.01	SUDECAP_01/25	ENCADERNAÇÃO A4 ACETATO, PVC/CROMICOTE, COM ESPIRAL	UN	1	R\$ 4,50	R\$ 4,50
94.12.04	SUDECAP_01/25	PLOTAGEM SULFITE FORMATO A1 MÍNIMO 90G/M2	UN	4	R\$ 5,50	R\$ 22,00
TOTAL						R\$ 56,50
TOTAL DA COMPOSIÇÃO						R\$ 3.281,93

PLANILHA DE ORÇAMENTO								Tipo de tabela	Mês/Ref
								Onerada	
Empreendimento								Custo total	Preço total
Elaboração de Projeto Executivo de substituição do barrilete da rede de água quente do HOB.								R\$ 41.061,54	R\$ 52.218,36
Elaboração de Projeto Executivo para a substituição de todas as tubulações e conexões galvanizadas do barrilete de água fria do HOB, por novas tubulações e conexões em PVC soldável.								R\$ 34.706,34	R\$ 44.139,63
Elaboração de Projeto Executivo para a substituição da tubulação de alimentação predial de água fria do HOB, do hidrômetro até os reservatórios.								R\$ 34.706,34	R\$ 44.139,63
Compatibilização de projetos								R\$ 16.731,30	R\$ 21.252,85
PREÇO GLOBAL MARÇO/2025								R\$ 127.205,52	R\$ 161.750,46
Empreendimento									
Elaboração de Projeto Executivo de substituição do barrilete da rede de água quente do HOB.									
Código		Descrição do Serviço						Custo total	Preço total
61.00.00		PESSOAL						R\$ 2.274,50	R\$ 2.904,54
62.00.00		PROJETOS						R\$ 38.787,04	R\$ 49.313,82
		PREÇO TOTAL MARÇO/2025						R\$ 41.061,54	R\$ 52.218,36
Código Sudecap	Referência	Descrição do Serviço	Unid.	Quant.	Custo Unitário (sem BDI)	Custo Total	Preço Unitário (com BDI)	Preço Total (com BDI)	BDI/ Multiplicador
61.00.00		PESSOAL							
61.11.00		ENGENHEIRO/ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS							
61.11.01	SUDECAP - 01/25	ENGENHEIRO CONSULTOR ESPECIAL	H	10	R\$ 227,45	R\$ 2.274,50	R\$ 290,45	R\$ 2.904,54	27,70%
	Total do Grupo	61.00.00				R\$ 2.274,50		R\$ 2.904,54	
62.00.00		PROJETOS							
62.01.00		PROJETOS DE EDIFICAÇÕES							

62.01.50	CPU 01	PROJETO HIDRAULICO / SANITÁRIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	8	R\$ 2.573,51	R\$ 20.588,08	R\$ 3.271,45	R\$ 26.171,57	27,12%
62.01.61	CPU 02	LEVANTAMENTO DE SISTEMAS PREDIAIS DE ÁGUA QUENTE	A1	4	R\$ 1.096,66	R\$ 4.386,64	R\$ 1.392,21	R\$ 5.568,84	26,95%
62.24.00		PLANILHAS E RELATÓRIOS TÉCNICOS - EDIFICAÇÕES							
62.24.10	CPU 04	ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE OBRA.	UN	1	R\$ 8.121,21	R\$ 8.121,21	R\$ 10.332,62	R\$ 10.332,62	27,23%
62.24.11	CPU 05	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO	UN	1	R\$ 1.204,89	R\$ 1.204,89	R\$ 1.532,98	R\$ 1.532,98	27,23%
62.24.12	CPU 06	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UN	1	R\$ 1.204,29	R\$ 1.204,29	R\$ 1.532,22	R\$ 1.532,22	27,23%
62.24.13	CPU 07	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)	UN	1	R\$ 3.281,93	R\$ 3.281,93	R\$ 4.175,60	R\$ 4.175,60	27,23%
	Total do Grupo	62.00.00				R\$ 38.787,04		R\$ 49.313,82	

Empreendimento

Elaboração de Projeto Executivo para a substituição de todas as tubulações e conexões galvanizadas do barrilete de água fria do HOB, por novas tubulações e conexões em PVC soldável.

Código	Descrição do Serviço	Custo total	Preço total
61.00.00	PESSOAL	R\$ 2.274,50	R\$ 2.904,54
62.00.00	PROJETOS	R\$ 32.431,84	R\$ 41.235,09
	PREÇO TOTAL MARÇO/2025	R\$ 34.706,34	R\$ 44.139,63

Código Sudecap	Referência	Descrição do Serviço	Unid.	Quant.	Custo Unitário (sem BDI)	Custo Total	Preço Unitário (com BDI)	Preço Total (com BDI)	BDI/ Multiplicador
61.00.00		PESSOAL							
61.11.00		ENGENHEIRO/ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS							
61.11.01	SUDECAP - 01/25	ENGENHEIRO CONSULTOR ESPECIAL	H	10	R\$ 227,45	R\$ 2.274,50	R\$ 290,45	R\$ 2.904,54	27,70%
	Total do Grupo	61.00.00				R\$ 2.274,50	R\$ 290,45	R\$ 2.904,54	
62.00.00		PROJETOS							
62.01.00		PROJETOS DE EDIFICAÇÕES							
62.01.22	SUDECAP - 01/25	PROJETO HIDRAULICO / SANITÁRIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	8	R\$ 1.779,11	R\$ 14.232,88	R\$ 2.261,60	R\$ 18.092,84	27,12%
62.01.60	CPU 03	LEVANTAMENTO DE SISTEMAS PREDIAIS DE ÁGUA FRIA	A1	4	R\$ 1.096,66	R\$ 4.386,64	R\$ 1.392,21	R\$ 5.568,84	26,95%
62.24.00		PLANILHAS E RELATÓRIOS TÉCNICOS - EDIFICAÇÕES							
62.24.10	CPU 04	ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE OBRA.	UN	1	R\$ 8.121,21	R\$ 8.121,21	R\$ 10.332,62	R\$ 10.332,62	27,23%
62.24.11	CPU 05	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO	UN	1	R\$ 1.204,89	R\$ 1.204,89	R\$ 1.532,98	R\$ 1.532,98	27,23%
62.24.12	CPU 06	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UN	1	R\$ 1.204,29	R\$ 1.204,29	R\$ 1.532,22	R\$ 1.532,22	27,23%
62.24.13	CPU 07	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)	UN	1	R\$ 3.281,93	R\$ 3.281,93	R\$ 4.175,60	R\$ 4.175,60	27,23%
	Total do Grupo	62.00.00				R\$ 32.431,84		R\$ 41.235,09	

Empreendimento

Elaboração de Projeto Executivo para a substituição da tubulação de alimentação predial de água fria do HOB, do hidrômetro até os reservatórios.

Código		Descrição do Serviço						Custo total	Preço total
61.00.00		PESSOAL						R\$ 2.274,50	R\$ 2.904,54
62.00.00		PROJETOS						R\$ 32.431,84	R\$ 41.235,09
		PREÇO TOTAL MARÇO/2025						R\$ 34.706,34	R\$ 44.139,63
Código Sudecap	Referência	Descrição do Serviço	Unid.	Quant.	Custo Unitário (sem BDI)	Custo Total	Preço Unitário (com BDI)	Preço Total (com BDI)	BDI/ Multiplicador
61.00.00		PESSOAL							
61.11.00		ENGENHEIRO/ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS							
61.11.01	SUDECA P - 01/25	ENGENHEIRO CONSULTOR ESPECIAL	H	10	R\$ 227,45	R\$ 2.274,50	R\$ 290,45	R\$ 2.904,54	27,70%
	Total do Grupo	61.00.00				R\$ 2.274,50		R\$ 2.904,54	
62.00.00		PROJETOS							
62.01.00		PROJETOS DE EDIFICAÇÕES							
62.01.22	SUDECA P - 01/25	PROJETO HIDRAULICO / SANITARIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	8	R\$ 1.779,11	R\$ 14.232,88	R\$ 2.261,60	R\$ 18.092,84	27,12%
62.01.60	CPU 02	LEVANTAMENTO DE SISTEMAS PREDIAIS DE ÁGUA FRIA	A1	4	R\$ 1.096,66	R\$ 4.386,64	R\$ 1.392,21	R\$ 5.568,84	26,95%
62.24.00		PLANILHAS E RELATÓRIOS TÉCNICOS - EDIFICAÇÕES							
62.24.10	CPU 04	ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE OBRA.	UN	1	R\$ 8.121,21	R\$ 8.121,21	R\$ 10.332,62	R\$ 10.332,62	27,23%
62.24.11	CPU 05	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO	UN	1	R\$ 1.204,89	R\$ 1.204,89	R\$ 1.532,98	R\$ 1.532,98	27,23%
62.24.12	CPU 06	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UN	1	R\$ 1.204,29	R\$ 1.204,29	R\$ 1.532,22	R\$ 1.532,22	27,23%
62.24.13	CPU 07	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)	UN	1	R\$ 3.281,93	R\$ 3.281,93	R\$ 4.175,60	R\$ 4.175,60	27,23%
	Total do Grupo	62.00.00				R\$ 32.431,84		R\$ 41.235,09	
Empreendimento									
Compatibilização de projetos									
Código		Descrição do Serviço						Custo total	Preço total
61.00.00		PESSOAL						R\$ 1.885,20	R\$ 2.407,21
62.00.00		PROJETOS						R\$ 14.846,10	R\$ 18.845,64
		PREÇO TOTAL MARÇO/2025						R\$ 16.731,30	R\$ 21.252,85
Código Sudecap	Referência	Descrição do Serviço	Unid.	Quant.	Custo Unitário (sem BDI)	Custo Total	Preço Unitário (com BDI)	Preço Total (com BDI)	BDI/ Multiplicador
61.00.00		PESSOAL							
61.11.00		ENGENHEIRO/ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS							
61.11.03	SUDECAP - 01/25	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	10	R\$ 188,52	R\$ 1.885,20	R\$ 240,72	R\$ 2.407,21	27,69%
	Total do Grupo	61.00.00				R\$ 1.885,20		R\$ 2.407,21	
62.00.00		PROJETOS							

62.01.00		PROJETOS DE EDIFICAÇÕES							
62.01.40	SUDECAP - 01/25	COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÃO	A1	10	R\$ 1.484,61	R\$ 14.846,10	R\$ 1.884,56	R\$ 18.845,64	26,94%
	Total do Grupo	62.00.00				R\$ 14.846,10		R\$ 18.845,64	

ANEXO II – D
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA A SER PREENCHIDA PELO LICITANTE

PLANILHA DE ORÇAMENTO					
Serviços de engenharia para projetos de readequação de redes de água quente e de água fria do HOB					
Razão Social					
CNPJ					
Responsável					
BDI do Projeto (R\$)					
Leis Sociais (R\$)					
Empreendimento					Preço total
Elaboração de Projeto Executivo de substituição do barrilete da rede de água quente do HOB.					R\$ -
Elaboração de Projeto Executivo para a substituição de todas as tubulações e conexões galvanizadas do barrilete de água fria do HOB, por novas tubulações e conexões em PVC soldável.					R\$ -
Elaboração de Projeto Executivo para a substituição da tubulação de alimentação predial de água fria do HOB, do hidrômetro até os reservatórios.					R\$ -
Compatibilização de projetos					R\$ -
PREÇO GLOBAL					R\$ -
Empreendimento					
Elaboração de Projeto Executivo de substituição do barrilete da rede de água quente do HOB.					
Código	Descrição do Serviço				Preço total
61.00.00	PESSOAL				R\$ -
62.00.00	PROJETOS				R\$ -
PREÇO TOTAL MARÇO/2025					R\$ -
Código da Tarefa	Descrição do Serviço	Unid.	Quant.	Preço Unitário (com BDI)	Preço Total (com BDI)
61.00.00	PESSOAL				
61.11.00	ENGENHEIRO/ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS				
61.11.01	ENGENHEIRO CONSULTOR ESPECIAL	H	10		R\$ -
62.00.00	PROJETOS				
62.01.00	PROJETOS DE EDIFICAÇÕES				
62.01.50	PROJETO HIDRAULICO / SANITÁRIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4		R\$ -
62.01.61	LEVANTAMENTO DE SISTEMAS PEDIAIS DE ÁGUA QUENTE	A1	2		R\$ -
62.24.00	PLANILHAS E RELATÓRIOS TÉCNICOS - EDIFICAÇÕES				
62.24.10	ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE OBRA.	UN	1		R\$ -
62.24.11	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO	UN	1		R\$ -
62.24.12	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UN	1		R\$ -
62.24.13	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)	UN	1		R\$ -
Empreendimento					
Elaboração de Projeto Executivo para a substituição de todas as tubulações e conexões galvanizadas do barrilete de água fria do HOB, por novas tubulações e conexões em PVC soldável.					
Código	Descrição do Serviço				Preço total
61.00.00	PESSOAL				R\$ -
62.00.00	PROJETOS				R\$ -
PREÇO TOTAL MARÇO/2025					R\$ -
Código da Tarefa	Descrição do Serviço	Unid.	Quant.	Preço Unitário (com BDI)	Preço Total (com BDI)
61.00.00	PESSOAL				
61.11.00	ENGENHEIRO/ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS				
61.11.01	ENGENHEIRO CONSULTOR ESPECIAL	H	10		R\$ -
62.00.00	PROJETOS				
62.01.00	PROJETOS DE EDIFICAÇÕES				
62.01.22	PROJETO HIDRAULICO / SANITÁRIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	4		R\$ -
62.01.60	LEVANTAMENTO DE SISTEMAS PEDIAIS DE ÁGUA FRIA	A1	2		R\$ -
62.24.00	PLANILHAS E RELATÓRIOS TÉCNICOS - EDIFICAÇÕES				
62.24.10	ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE OBRA.	UN	1		R\$ -
62.24.11	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO	UN	1		R\$ -
62.24.12	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UN	1		R\$ -
62.24.13	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)	UN	1		R\$ -

Empreendimento					
Elaboração de Projeto Executivo para a substituição da tubulação de alimentação predial de água fria do HOB, do hidrômetro até os reservatórios.					
Código	Descrição do Serviço				Preço total
61.00.00	PESSOAL				R\$ -
62.00.00	PROJETOS				R\$ -
					R\$ -
Código da Tarefa	Descrição do Serviço	Unid.	Quant.	Preço Unitário (com BDI)	Preço Total (com BDI)
61.00.00	PESSOAL				
61.11.00	ENGENHEIRO/ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS				
61.11.01	ENGENHEIRO CONSULTOR ESPECIAL	H	10		R\$ -
62.00.00	PROJETOS				
62.01.00	PROJETOS DE EDIFICAÇÕES				
62.01.22	PROJETO HIDRAULICO / SANITÁRIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	2		R\$ -
62.01.60	LEVANTAMENTO DE SISTEMAS PEDIAIS DE ÁGUA FRIA	A1	2		R\$ -
62.24.00	PLANILHAS E RELATÓRIOS TÉCNICOS - EDIFICAÇÕES				
62.24.10	ELABORAÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE OBRA.	UN	1		R\$ -
62.24.11	ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO	UN	1		R\$ -
62.24.12	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UN	1		R\$ -
62.24.13	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)	UN	1		R\$ -
Empreendimento					
Compatibilização de projetos					
Código	Descrição do Serviço				Preço total
61.00.00	PESSOAL				R\$ -
62.00.00	PROJETOS				R\$ -
					R\$ -
Código da Tarefa	Descrição do Serviço	Unid.	Quant.	Preço Unitário (com BDI)	Preço Total (com BDI)
61.00.00	PESSOAL				
61.11.00	ENGENHEIRO/ARQUITETO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS				
61.11.03	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	10		R\$ -
62.00.00	PROJETOS				
62.01.00	PROJETOS DE EDIFICAÇÕES				
62.01.40	COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÃO	A1	8		R\$ -

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025
PROCESSO Nº 02-16/2025

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do do HOB ou Município antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZ O HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS E A EMPRESA POR MEIO DO PROCESSO DE COMPRAS Nº 02-16/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025. Nº SISTEMA PBH: 010102832592.

O **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**, Autarquia Municipal, com sede na Rua Formiga nº 50, Bairro São Cristóvão, Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 16.692.121/0001-81, neste ato representado pela sua Superintendente, Raquel Felisardo Rosa, denominado **CONTRATANTE** e a empresa, estabelecida na, nº, Bairro, inscrita no CNPJ sob o nº, representada neste instrumento pelo representante ao fim assinado, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e dos Decretos municipais nº 18.096/2022 e nº 18.324/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Concorrência Eletrônica nº 90002/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **prestação de serviços de engenharia para projetos de readequação de redes de água quente e de água fria do HOB**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. Edital da Licitação;

1.2.2. Termo de Referência;

1.2.3. Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO

2.1. O preço global do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), sendo os seguintes preços unitários:

Item	Especificação	Sicam	Unidade de Aquisição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1							
2							
3							
VALOR GLOBAL TOTAL:							

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do Contrato é de **12 (doze) meses** contados a partir da data da última assinatura das partes, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à declaração, pela autoridade competente do HOB, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

3.1.1.1. Para subsidiar a decisão da autoridade competente do HOB quanto à vantajosidade da prorrogação da vigência deste contrato, deverá à Gerente de Compras, Contratos, Convênios – GCOM-HOB, dentro de sua competência estabelecida no inciso X do art. 34 da Portaria nº 022/2020, emitir parecer técnico-financeiro nos autos, fundamentado e conclusivo, quanta à vantajosidade

ou não da prorrogação do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O prazo de execução do serviço será de:

ITEM	PRAZO DE ENTREGA
1	120 DIAS CORRIDOS APÓS O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO
2	120 DIAS CORRIDOS APÓS O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO
3	60 DIAS APÓS ENTREGA O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO
4	60 DIAS APÓS ENTREGA O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. As informações constantes do recebimento do objeto constarão no Plano de Trabalho.

5.2. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1. A O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** contados do adimplemento junto ao HOB, pela Gerência de Orçamento e Finanças da Secretaria Municipal de Saúde.

7.2. A Nota Fiscal será emitida em favor do Município de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Saúde/FMS, Órgão em que se encontram alocados os recursos do BID, por meio do CNPJ nº 18.715.383/0001-40.

7.3. A Nota Fiscal será obrigatoriamente instruída com a respectiva Nota de Empenho, autorização de fornecimento, e descreverá os seguintes dados: Número do processo, modalidade/número, item(ns), tributos e informações bancárias para fins de pagamento, sem prejuízo de outros dados exigidos pela legislação vigente..

7.3.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 18.272/2023, o HOB, ao efetuar o pagamento pela prestação dos serviços ou

fornecimento de bens, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, e alterações.

7.3.2. A retenção do IR deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

7.3.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012, e alterações.

7.3.4. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

7.3.5. Não se aplica, para fins de retenção na fonte no âmbito do Município de Belo Horizonte, o disposto no § 6º do art. 3º da IN RFB nº 1.234/2012.

7.4. A Contratada encaminhará a(s) Nota Fiscal(ais) ao setor recebedor do item que conferirá, atestará, e remeterá à Gerência de Orçamento e Finanças – GEOF do Hospital Metropolitano Odilon Behrens para liquidação, juntamente com o Empenho respectivo.

7.5. Após a devida liquidação, a GEOF/HOB encaminhará o Processo de Pagamento para a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA/FMS que providenciará a emissão do borderô e o respectivo pagamento.

7.6. Havendo necessidade de providências complementares por parte do Fornecedor/Detentor do Registro de Preços, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

7.7. Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o Contratante.

7.8. A Secretaria Municipal de Saúde – SMSA/FMS poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da Contratada, ou, ainda, para recebimento das multas aplicadas como penalidade.

7.9. Caso a Contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de referência da Planilha de Orçamento de acordo com o disposto no §1º, do art. 2º, combinado com o §1º, do art. 3º, ambos da Lei n.º 10.192/2001, devendo os reajustes seguintes obedecer à mesma periodicidade anual, tendo como referência sempre o mesmo mês-base, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_o \frac{I_i - I_o}{I_o}$$

Onde:

R é o valor do reajustamento;

Po é o preço inicial dos serviços a serem reajustados;

Ii é o índice de preço referente ao mês do reajuste; e

Io é o índice de preço referente ao mês de elaboração da Planilha de Orçamento (Março/2025).

O índice de preço a ser adotado será o da Coluna 39 – Consultoria, publicado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

8.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida.

8.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

8.5. Nos termos do inciso I do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste previsto neste contrato será realizado por simples apostila a ser providenciada pela Gerência de Compras, Contratos e Convênios – GCOM-HOB, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Das obrigações do Contratado

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.1.2. Efetuar a prestação do serviço conforme fixado no Termo de Referência e em seus anexos;

9.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação do serviço;

9.1.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato;

9.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.12. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;

9.1.13. Comunicar ao Contratante a ausência de produto necessário para a execução do serviço, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado;

9.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.15. Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.16. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste contrato;

9.1.17. Para a prestação dos serviços, a Contratada tem a obrigação de conferir o levantamento e as instalações atuais presentes nas áreas que sofrerão intervenção. Todos os projetos e demais documentos complementares deverão estar compatibilizados;

9.1.18. Quaisquer dúvidas deverão ser esclarecidas com a equipe técnica do HOB, antes da conclusão dos serviços, evitando futuros problemas;

9.1.19. Ao realizar os levantamentos no HOB, caso a Contratada provoque qualquer dano ou interferências às instalações, infraestrutura ou equipamentos, a mesma deverá providenciar o reparo imediato sem nenhum ônus para o hospital;

9.1.20. Deverá ser emitido Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para todos os projetos e materiais complementares a serem entregues.

9.2. Das obrigações do Contratante

9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço contratado, por meio dos servidores designados por portaria da Superintendente;

9.2.2. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, do cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, durante toda a execução do contrato, em atendimento ao disposto nos incisos XVI e XVII do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;

9.2.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao serviço prestado;

9.2.4. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 18.096/2022, e às demais cominações legais.

10.2. A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

10.3. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

10.4. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. A **sanção de advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do Item 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.6. A **sanção de multa** terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou contratado pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no Item 10.3.

10.6.1. O atraso injustificado na entrega do material ou na execução do serviço sujeitará o Contratado à multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

10.6.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias, ou a manutenção da irregularidade, autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.6.1.2. Para fins da limitação de que trata o Item 10.6.1, deverão ser observados os parâmetros constantes no Item 10.15 e seguintes.

10.6.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Cláusula.

10.6.3. Fica estabelecida a aplicação de multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no Item 10.3.

10.6.4. Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto 10.15 e seguintes.

10.6.5. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- I – tumultuar a sessão pública da licitação;
- II – propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- III – deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
- IV – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- VI – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do Contratante;
- VII – não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
- VIII – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
- IX – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

- X – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- XI – utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XII – deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- XIII – deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- XIV – deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- XV – deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- XVI – não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de 02 (dois) dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- XVII – subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no Edital ou Contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

10.6.6. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

10.6.7. As multas a que se referem os Itens 10.6.1, 10.6.3, 10.6.5 e 10.6.6 serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

10.6.8. A multa prevista no Item 10.6.1 pode ser aplicada cumulativamente com as multas previstas nos Itens 10.6.3, 10.6.5 e 10.6.6.

10.6.9. À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

10.6.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

10.6.11. A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela Contratante decorrente de outros contratos firmados com o Hospital Odilon Behrens.

10.6.12. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração.

10.7. A **sanção de impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte, aqui incluído o Hospital Odilon Behrens, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.7.1. A autoridade responsável pela aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar deverá comunicar a imposição da referida penalidade aos demais órgãos e entidades da administração no prazo de 10 (dez) dias da publicação da decisão irreversível em âmbito administrativo.

10.7.2. A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

10.8. A **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do Item 10.3, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no Item 10.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.8.1. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, a que se refere o inciso XII do Item 10.3, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto Municipal nº 16.954/2018.

10.9. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

10.9.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

10.9.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Cadastro de Fornecedores do Município - SUCAF.

10.14. No âmbito do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, a competência para aplicar as sanções, compete às seguintes autoridades:

I. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

II. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo(a) Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

III. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo(a) Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

10.15. A autoridade competente, ao aplicar as sanções, considerará:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a administração pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.15.1. São circunstâncias que agravam a sanção:

I – a reincidência;

II – não responder às notificações enviadas pela gestão do contrato ou correlato quando se tratar de nota de empenho substituta de contrato;

III – a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

IV – o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

V – a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

VI – a prática de infrações em outros contratos administrativos celebrados com a administração municipal.

10.15.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior no mesmo contrato.

10.15.1.2. Não se considera reincidência:

I – se entre a data da publicação da decisão definitiva da infração e a do cometimento de nova infração idêntica tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

II – se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.

10.15.2. São circunstâncias que atenuam a sanção:

I – o processado ser Microempreendedor Individual, micro ou pequena empresa;

II – a primariedade;

III – procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

IV – reparar o dano antes do julgamento;

V – confessar a autoria da infração.

10.15.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

10.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 62 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.4. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do HOB ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão provenientes do Convênio com BID.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, bem como de acordo com as normas regulamentares do Município de Belo Horizonte, especialmente os Decretos Municipais nº 18.096/2022, nº 17.813/2022 e nº 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

a) Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

b) Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

c) Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

d) Excetua-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pela autoridade competente em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do objeto da contratação será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores do HOB:

a) Gestor do Contrato: Simone Agda Rabelo, HM: 5939-2, Cargo: Arquiteta - Gerente de Arquitetura Predial;

b) Fiscal Técnico: Max Silva Guimarães, CA: 461605-9, Arquiteto;

c) Fiscal Técnico Substituto: César Schiochet Valente, HM: 6534-1, Engenheiro Eletricista;

d) Fiscal Administrativo: Max Silva Guimarães, CA: 461605-9, Arquiteto;

e) Fiscal Administrativo Substituto: César Schiochet Valente, HM: 6534-1, Engenheiro Eletricista.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

16.1.1. Nos termos do inciso I do art. 94 da Lei 14.133/2021, a Gerência de Compras, Contratos e Convênios – GCOM-HOB deverá providenciar a divulgação deste contrato e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar de sua assinatura, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O foro da justiça estadual na comarca de Belo Horizonte é o competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E por assim estarem justas combinadas e contratadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições contidas nas cláusulas do presente Contrato e firmam este, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito.

Belo Horizonte, de de 20.....

**RAQUEL FELISARDO ROSA
SUPERINTENDENTE
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**

CONTRATADO

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DE LIMITE NA LICITAÇÃO, PARA MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025
PROCESSO DE COMPRAS Nº 02-16/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em obediência ao § 2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal)

**ANEXO VI
TERMO DE VISTORIA**

Processo Administrativo nº:

Concorrência Eletrônica nº:

Objeto:

Atestamos, para fins do previsto no Edital da Concorrência Eletrônica nº que o Sr (a), CI nº, CPF nº, representante da empresa, compareceu à para conhecimento do local e das condições e peculiaridades de realização do serviço.

Belo Horizonte, ____ de ____ de ____

(Nome do Responsável Técnico da Empresa)
Representante da Empresa

Representante do Hospital Odilon Behrens

ANEXO VII
TERMO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR VISTORIA

Processo Administrativo nº:

Concorrência Eletrônica nº:

Objeto:

A empresa _____, com sede (endereço completo), sob o CNPJ nº _____, declara para fins de participação do Concorrência Eletrônica nº....., que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação e se responsabiliza por todas as consequências deste ato, bem como está ciente de que não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, assumindo os ônus dos serviços decorrentes.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____

(Nome do Responsável Técnico da Empresa)
Representante da Empresa

ANEXO VIII CLÁUSULAS BID: POLÍTICA DO BANCO

1. DAS PRÁTICAS VEDADAS PELO BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

1.1 O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades ou pessoas físicas que estejam apresentando propostas ou participando de atividades financiadas pelo Banco, incluindo, Inter alia, solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer com atribuições expressas ou implícitas), observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco³ todos os atos suspeitos de constituir uma Prática Proibida da qual tenha conhecimento ou seja informado, durante o processo de seleção e negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem atos de: (a) práticas corruptas; (b) práticas fraudulentas; (c) práticas coercitivas; (d) práticas colusivas e (e) práticas obstrutivas. O Banco estabeleceu mecanismos para denúncia de suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também estabeleceu procedimentos de sanção para a resolução de casos. Além disso, o Banco celebrou acordos com outras instituições financeiras internacionais (IFI) visando ao reconhecimento recíproco às sanções aplicadas pelos respectivos órgãos de sanção.

1.2. Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma *prática corrupta* consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma *prática fraudulenta* é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma *prática coercitiva* consiste em prejudicar ou causar dano, ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma *prática colusiva* é um acordo entre duas ou mais partes, efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte; e

(v) uma *prática obstrutiva* consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação, ou

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco e dos direitos de auditoria previstos na alínea 'f' a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação ⁴ como subconsultor,

³ No site do Banco (www.iadb.org/integrity) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.

⁴ Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo

subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos itens 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução.

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco, conforme as disposições anteriormente referidas, será de caráter público.

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionárias e negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária.

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 8 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.3. Os Concorrentes, ao apresentar uma proposta, declaram e garantem que:

(i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;

(ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;

(iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;

possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.

- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas no item 1.1 (b).

ANEXO IX
CLÁUSULAS BID: PAÍSES ELEGÍVEIS

Elegibilidade para Provisão de Bens, Obras e Serviços em Contratos Financiados pelo Banco

1) Países Membros quando o financiamento provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

a) Países Mutuários:

(i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

b) Países não Mutuários:

(i) Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, República Popular da China, República da Coreia, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.

c) Territórios elegíveis:

(i) Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião - como Estado da França

(ii) Ilhas Virgens dos EUA, Porto Rico, Guam - como Território dos EUA

(iii) Aruba - como um país integrante do Reino dos Países Baixos, assim como, Bonaire, Curaçao, Santa Marta, Saba, Santo Eustáquio - como Estados do Reino dos Países Baixos

(iv) Hong Kong - Região Administrativa Especial da República Popular da China.

1) Critérios para determinar a nacionalidade e origem dos bens e serviços

Estas disposições de políticas tornam necessário estabelecer critérios para determinar: a) a nacionalidade das firmas e indivíduos elegíveis para participar em contratos financiados pelo Banco; e b) o país de origem dos bens e serviços. Nessas determinações, serão utilizados os seguintes critérios:

A) Nacionalidade

a) **Um indivíduo é considerado nacional** de um país membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:

i. é cidadão de um país membro; ou

ii. estabeleceu seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.

b) **Uma firma é considerada nacional** de um país membro se satisfaz os dois seguintes requisitos:

i. está legalmente constituída ou estabelecida conforme as leis de um país membro do Banco; e

ii. mais de cinquenta por cento (50%) do capital da firma é de propriedade de indivíduos ou firmas de países membros do Banco.

Todos os membros de um consórcio e todos os subempreiteiros devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.

B) Origem dos Bens

Os bens têm origem em um país membro do Banco se foram extraídos, desenvolvidos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Considera-se que um bem é produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um artigo comercialmente reconhecido cujas características, funções ou utilidades básicas são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste de vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para financiamento se a montagem dos componentes for feita em um país membro, independente da origem dos componentes. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador.

Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

C) Origem dos Serviços

O país de origem dos serviços é o mesmo do indivíduo ou empresa que presta os serviços conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Este critério é aplicado aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.

**ANEXO X – DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM CONTRATAÇÕES
FINANCIADAS PELO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025
PROCESSO DE COMPRAS Nº 02-16/2025

Nome da empresa], CNPJ nº _____ sediada [Endereço completo], declara sob as penas da lei, que atende às exigências de Elegibilidade estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o contido no Anexo IX deste Instrumento Convocatório, encontrando-se plenamente habilitada para participar do presente processo licitatório.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal)